SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana

CNPJ: 61.699.567/0051-51 Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista Para o Desenvolvimento Da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assem bleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2023. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2023 Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor - Presidente da SPDM.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Dire			04 D 1/1
•	,		os encerrados em 31 de Dezembro - Valores
ATIVO	2022		PASSIVO
Ativo Circulante		29.671.432,87	Passivo Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	12.495,55	2.052,31	Fornecedores (Nota 3.8)
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	146,80		Serviços de Terceiros
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	12.348,75		Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.9)
Contas a Receber (Nota 3.3)	9.124.726,35	8.534.050,11	Salários a pagar (Nota 3.10)
Valor a receber – Secretaria	0 105 107 00	0.105.100.00	Contribuições a recolher (Nota 3.11)
de Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	8.125.187,20	8.125.188,20	Provisão de férias (Nota 3.12)
Valores em Negociação	000 500 15	400 001 01	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)
- Convênio (Nota 3.3.2)	999.539,15	408.861,91	Impostos a recolher (Nota 3.13)
Outros Créditos (Nota 3.4)	16.908,51	695.095,09	Benefícios
Antecipação de Salários (Nota 3.4.1)	721,00	1.950,96	Obrigações Tributárias (Nota 3.14)
Antecipação de Férias (Nota 3.4.2)	16.187,51	32.044,13	Empréstimo a
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.3)	0,00		funcionário Lei 10.820/03 (Nota 3.15)
Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 3.	5.064,79 5.064,79	5.335,78	Outras Contas a Pagar (Nota 3.16)
Prêmios de seguros e outros a vencer	, , ,	5.335,78	Convênios públicos a realizar (Nota 3.17)
Estoques (Nota 3.6)		20.434.899,58	Obrigações com Materiais
Materiais de Nutrição	17.728,38	1.018,45	de Terceiros (Nota 3.6.1)
Materiais de Farmácia	1.422,34		Arrendamento Mercantil (Nota 3.19)
Materiais de Almoxarifado	97.388,53		Passivo de Arrendamento
Materiais de Terceiros (Nota 3.6.1)		20.343.610,15	Encargos financeiros a Transcorrer
Ativo não Circulante	126.981,76	266.195,47	Passivo não Circulante
Ativo Imobilizado	106 001 76	101 675 61	Obrigações - Bens
- Bens de Terceiros (Nota 3.7)	126.981,76		Móveis de Terceiros (Nota 3.7)
Bens Móveis (Nota 3.7)	647.009,30		Ajustes vida útil econômica
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.7.1) Arrendamento Mercantil (Nota 3.19)	(520.027,54)		- Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.7.1)
Direito de Uso	0,00	84.519,86	Patrimônio Líquido (Nota 5)
	0,00	1.804.291,81 (1.719.771,95)	Resultado de Exercícios Anteriores
Depreciação de Direito de uso – Bens Imóveis Total do Ativo		29.937.628,34	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido
As Notas Explicativas são parte integrante d			As Notas Explicativas são parte integrante
Comparativo das Demonstrações			Comparativo da Demonstração
Exercícios encerrados em 31 de Dezer			Exercícios encerrados em 31 de Dez
Descrição	Dez /2022	Dez /2021	Exercicios effectiados em or de Dez
Fluxos de Caixa das atividades operaciona		Dez /2021	1 - Receitas
Superávit/Déficit do exercício/período	0,00	0,00	1.1) Prestação de serviços
Ajustes p/Conciliar o resultado às disponib		0,00	1.2) Outras Receitas
dades geradas pelas atividades operacior			1.3) Isenção usufruída sobre contribuições
Depreciação e amortização	84.519,86	995.556,15	2 – Insumos Adquiridos de
Variações nos ativos e passivos	04.519,00	995.550,15	Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI)
(Aumento) Redução em contas a receber	(500 676 24)	(5.487.101,91)	2.1) Custo das mercadorias
(Aumento) Redução outros créditos	678.186,58	(261.901,49)	utilizadas nas prestações
(Aumento) Redução de despesas antecipadas		5.416,36	2.2) Materiais, energia,
(Aumento) Redução em estoques	(25.249,82)		serviços de terceiros e outros
Aumento (Redução) em fornecedores	215.460,57		2.3) Perda/Recuperação de valores ativos
Aumento (Redução) nas	213.400,37	01.024,00	2.4) Outros
doações e subvenções/Convênio	(140,000,00)		
		3 430 076 76	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)
Aumento (Redução) em	(149.292,00)	3.430.076,76	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)
Aumento (Redução) em	,		4 – Retenções
contas a pagar e provisões	(113.650,15)	2.106.885,49	4 – Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	,	2.106.885,49	4 – Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 – Valor Adicionado Líquido
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de	(113.650,15) (54.693,85)	2.106.885,49 (202.594,85)	4 – Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento	(113.650,15)	2.106.885,49	 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55)	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27)	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61)	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27)	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6)
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83)	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim (-) Adição de Bens de Terceiros	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos 54.693,85	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83) 202.594,85	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transf 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim (-) Adição de Bens de Terceiros (-) Direito de Uso	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83) 202.594,85	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim (-) Adição de Bens de Terceiros (-) Direito de Uso Caixa líquido consumido	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos 54.693,85 0,00	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83) 202.594,85 (56.626,60)	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transf 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições 8.3) Juros
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim (-) Adição de Bens de Terceiros (-) Direito de Uso	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos 54.693,85 0,00	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83) 202.594,85 (56.626,60)	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transf 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições 8.3) Juros 8.4) Aluguéis
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim (-) Adição de Bens de Terceiros (-) Direito de Uso Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos Fluxos de caixa das atividades de financiai	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos 54.693,85 0,00	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83) 202.594,85 (56.626,60)	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições 8.3) Juros 8.4) Aluguéis 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim (-) Adição de Bens de Terceiros (-) Direito de Uso Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos Fluxos de caixa das atividades de financiar Caixa líquido consumido	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos 54.693,85 0,00 54.693,85	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83) 202.594,85 (56.626,60) 145.968,25	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições 8.3) Juros 8.4) Aluguéis 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições 8.6) Lucros retidos/prejuízo do período
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim (-) Adição de Bens de Terceiros (-) Direito de Uso Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos Fluxos de caixa das atividades de financiai	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos 54.693,85 0,00	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83) 202.594,85 (56.626,60) 145.968,25	4 – Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições 8.3) Juros 8.4) Aluguéis 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições 8.6) Lucros retidos/prejuízo do período As Notas Explicativas são parte integrante
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim (-) Adição de Bens de Terceiros (-) Direito de Uso Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos Fluxos de caixa das atividades de financiai Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos 54.693,85 0,00 54.693,85	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83) 202.594,85 (56.626,60) 145.968,25	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições 8.3) Juros 8.4) Aluguéis 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições 8.6) Lucros retidos/prejuízo do período As Notas Explicativas são parte integrante lação infraconstitucional; • A Isenção pode
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim (-) Adição de Bens de Terceiros (-) Direito de Uso Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos Fluxos de caixa das atividades de financiar Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos Aumento (Redução) no	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos 54.693,85 0,00 54.693,85 mento	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83) 202.594,85 (56.626,60) 145.968,25	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições 8.3) Juros 8.4) Aluguéis 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições 8.6) Lucros retidos/prejuízo do período As Notas Explicativas são parte integrante lação infraconstitucional; • A Isenção pode no caso do descumprimento das situações
contas a pagar e provisões Aumento (Redução) de Bens de Terceiros Aumento (Redução) de Passivo de Arrendamento Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais Fluxos de caixa das atividades de investim (-) Adição de Bens de Terceiros (-) Direito de Uso Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos Fluxos de caixa das atividades de financiar Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(113.650,15) (54.693,85) (89.126,55) (44.250,61) entos 54.693,85 0,00 54.693,85 mento 0,00	2.106.885,49 (202.594,85) (937.911,27) (303.998,83) 202.594,85 (56.626,60) 145.968,25 0,00 (158.030,58) 160.082,89	4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições 8.3) Juros 8.4) Aluguéis 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições 8.6) Lucros retidos/prejuízo do período As Notas Explicativas são parte integrante lação infraconstitucional; • A Isenção pode

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2022 e 2021 Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nºs 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento Institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolida, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. Características da Unidade Gerenciada: Inaugurado sob a gestão da SPDM em 05/03/2014, o Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana tem como atividade principal a prestação de serviços de assistência farmacêutica. Inicialmente integrou o núcleo de Gestão Assistencial - Várzea do Carmo, porém a partir de 01/07/2015 tornou-se independente, integrando o rol das unidades afiliadas da SPDM. Atualmente atende à demanda do município de São Paulo na dispensação de medicamentos de Alto Custo e pacientes portadores de Fibrose Cística e de Centros de Referência em aplicação de Toxina Botulínica (Pacientes tratados no Hospital São Paulo. AACD e Hospital Santa Marcelina) e Imiglucerase (Pacientes tratados no Hospital São Paulo). Para melhor dispensação dos medicamentos a unidade gerenciada, dispõe do "Programa Remédio Agora", que se trata de um aplicativo (APP) que permite que os pacientes agendem a data e o horário para retirada dos medicamentos, confirme e reagendem a presença nos atendimentos além de poder verificar a disponibilidade dos medicamentos. Tem por objetivo a operacionalização da gestão e execução dos serviços, com a missão de oferecer serviços de assistência farmacêutica, em conformidade com os critérios das boas práticas de farmácias e diretrizes estabelecidas pelos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Estadual de Saúde (SES) com qualidade e comprometimento socioambiental, buscando o aprimoramento contínuo do atendimento e das pessoas. Objetivando a continuidade dos atendimentos, a SPDM em parceria com a SES, firmou-se o Convênio 56/2021, assinado em 31/03/2021 com vigência até 30/09/2023, no valor global estimado de R\$ 7.617.360,00 (Sete Milhões, Seiscentos e Dezessete Mil, Trezentos e Sessenta Reais) tendo por objetivo incorrer despesas com Custejo - Gestão da Farmácia de Alto Custo do CEAF Vila Mariana. 1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI alínea" C" e seu parágrafo 4º e Artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de Outubro de 1988. **1.1 Isenção Tributária e** Característica da Isenção: A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com a Lei Complementar nº 187, de 16 de Dezembro até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade de 2021, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social. apresentando as seguintes características: • A Instituição é regida por legis-

ic	os encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais				
	PASSIVO	2022	2021		
;	Passivo Circulante		29.755.952,73		
	Fornecedores (Nota 3.8)	104.530,51	36.713,47		
3	Serviços de Terceiros	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	, , , , ,		
3	Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.9)	720.046,86	572.403,33		
	Salários a pagar (Nota 3.10)	202.584,06	224.486,82		
	Contribuições a recolher (Nota 3.11)	49.833,30	56.531,13		
)	Provisão de férias (Nota 3.12)	363.224,77	383.969,14		
	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)	28.962,44	30.587,52		
	Impostos a recolher (Nota 3.13)	53.118,11	63.135,17		
)	Benefícios	4.847,50	3.475,09		
;	Obrigações Tributárias (Nota 3.14)	17.962,61	31.659,63		
3	Empréstimo a	17.302,01	01.000,00		
)	funcionário Lei 10.820/03 (Nota 3.15)	5.553,25	7.983,02		
3	Outras Contas a Pagar (Nota 3.16)	2.857.524,97	2.895.433,64		
3	Convênios públicos a realizar (Nota 3.17)	4.867.546,07	5.016.838,07		
3	Obrigações com Materiais	4.007.040,07	3.010.000,07		
,	de Terceiros (Nota 3.6.1)	30 505 773 54	20.343.610,15		
	Arrendamento Mercantil (Nota 3.19)	0,00			
	Passivo de Arrendamento	0.00	,		
	Encargos financeiros a Transcorrer	0.00			
	Passivo não Circulante	126.981,76	(/ - /		
	Obrigações - Bens	120.301,70	101.070,01		
.	Móveis de Terceiros (Nota 3.7)	647.009,30	640.289,55		
'	Ajustes vida útil econômica	047.000,00	0-10.200,00		
	- Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.7.1)	(520.027,54))	(458.613,94)		
'	Patrimônio Líquido (Nota 5)	0,00			
	Resultado de Exercícios Anteriores	0,00			
	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido				
	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido As Notas Explicativas são parte integrante	39.908.489,75	29.937.628,34		
	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração	39.908.489,75 das Demonstraç	29.937.628,34 <i>ões Contábeis.</i>		
	As Notas Explicativas são parte integrante	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio	29.937.628,34 ões Contábeis. nado		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio	29.937.628,34 ões Contábeis. nado		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06	29.937.628,34 ões Contábeis. mado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI)	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06	29.937.628,34 ōes Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia,	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57	29.937.628,34 ões Contábeis. mado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57	29.937.628,34 best Contabels. nado m Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24	29.937.628,34 ões Contábeis. mado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,3,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24 84.519,86	29.937.628,34 ões Contábeis. mado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17 995.556,15		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24	29.937.628,34 ões Contábeis. mado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,3,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido	39.908.489,75 das Demonstrag do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24 84.519,86 84.519,86	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17 995.556,15 995.556,15		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24 84.519,86 84.519,86 7.576.281,38	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17 995.556,15 995.556,15 7.499.727,02		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24 84.519,86 84.519,86 7.576.281,38	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17 995.556,15 995.556,15		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24 84.519,86 84.519,86 7.576.281,38 rência 449,03	29.937.628,34 ões Contábeis. mado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17 995.556,15 995.556,15 7.499.727,02 861,11		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24 84.519,86 84.519,86 7.576.281,38 rência 449,03	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17 995.556,15 995.556,15 7.499.727,02 861,11 861,11		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção ousufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6)	39.908.489,75 das Demonstrag do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24 84.519,86 7.576.281,38 rência 449,03 449,03 7.576.730,41	29.937.628,34 ões Contábeis. nado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17 995.556,15 995.556,15 7.499.727,02 861,11 861,11 7.500.588,13		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24 84.519,86 84.519,86 7.576.281,38 rência 449,03 7.576.730,41 7.576.730,41	29.937.628,34 bos Contabels. mado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17 995.556,15 995.556,15 7.499.727,02 861,11 7.500.588,13 7.500.588,13		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições 8.3) Juros	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24 84.519,86 44.519,86 7.576.281,38 rência 449,03 7.576.730,41 7.576.730,41 7.576.730,41 1.742.198,17 110.777,71 6.697,31	29.937.628,34		
	As Notas Explicativas são parte integrante Comparativo da Demonstração Exercícios encerrados em 31 de Deze 1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços 1.2) Outras Receitas 1.3) Isenção usufruída sobre contribuições 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI) 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda/Recuperação de valores ativos 2.4) Outros 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em Transfe 6.1) Receitas Financeiras 7 - Valor Adicionado Total (5+6) 8 - Distribuição do Valor Adicionado 8.1) Pessoal e encargos 8.2) Impostos, taxas e contribuições	39.908.489,75 das Demonstraç do Valor Adicio embro - Valores e 2022 9.668.211,55 8.371.140,65 775,84 1.296.295,06 2.007.410,31 139.066,42 1.770.029,57 6.719,75 91.594,57 7.660.801,24 84.519,86 84.519,86 7.576.281,38 rência 449,03 7.576.730,41 4.742.198,17 110.777,71	29.937.628,34 ões Contábeis. mado em Reais 2021 11.018.712,29 9.485.884,37 4.830,80 1.527.997,12 2.523.429,12 152.904,77 2.184.496,24 1.520,00 184.508,11 8.495.283,17 995.556,15 995.556,15 7.499.727,02 861,11 7.500.588,13 7.500.588,13 7.500.588,13 5.491.575,49 101.097,86		

1.296.295.06

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

0,00

1.527.997.12

0,00

lação infraconstitucional; • A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); • Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; • Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. 2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elabora suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como a Resolução CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1) e suas alterações referentes a Entidades sem Finalidade de Lucros, a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em Notas Explicativas para esse tipo de Entidade. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, são segregadas as informações referentes à Área da Saúde, Área Social e Área Educacional nos termos do artigo 6º da Lei Complementar 187/2021 e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1), sendo que os valores que têm por origem recursos públios e os recursos próprios. 2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil – (NBC T 2.1): As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conrmidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. 2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Especializado da Assistência Farmacêutica -**CEAF Vila Mariana**, Avenida Doutor Altino Arantes, 1.344 – Vila Clementino. São Paulo – SP CEP 04042-005 - CNPJ nº 61.699.567/0051-51. <u>3 - Princi-</u> pais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de Lucros, e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade e de suas variações em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. 3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Os va lores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam

em 31.12.2022 o montante de R\$ 12.495,55.

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais				
Exercicios encerrados em 31 de Dezem	2022	2021		
Receita Bruta de Serviços	2022			
Prestados com Restrições (Nota 4)	9 667 435 71	11.013.881,49		
Secretaria de Saúde do	0.007.100,71	11.010.001,10		
Estado – Convênios (Nota 4.1)	8.298.808,02	9.395.273,73		
Isenção usufruída	0.200.000,02	0.000.270,70		
- INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	1.010.726,89	1.202.696,04		
Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	248.964,24	281.858,22		
Isenção usufruída - PIS FOLPAG (Nota 9.4)	36.603,93	43.442,86		
Trabalho Voluntário Estatutário (Nota 10)	2.215,21	1.908,86		
Outras Receitas	70.117,42	88.701.78		
(+) Outras Receitas com Restrições	1.224,87	5.691,91		
Descontos Recebidos	449,03	861,11		
Doações Recebidos em				
Bens e Mercadorias (Nota 4.3)	775,84	4.830,80		
(=) Receita Líquida com Restrições	9.668.660,58	11.019.573,40		
Custos e Despesas				
(-) Custos Operacionais				
com Restrições (Nota 4.2)	3.914.073,77	5.979.801,95		
(-) Serviços - Pessoal Próprio	2.921.057,93	3.792.035,17		
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	8.584,00	9.407,68		
(-) Mercadorias	139.066,42	152.904,77		
(-) Isenção usufruída (Nota 9)	759.972,11	955.625,65		
(-) Arrendamento Mercantil (Nota 3.20)	85.393,31	1.069.828,68		
(-) Depreciação de Direito de Uso	84.519,86	995.556,15		
(-) Encargos de Arrendamento	873,45	74.272,53		
(-) Despesas Operacionais	E 7E4 E06 01	E 020 771 4E		
com Restrições (Nota 4.2)	5.754.586,81 1.818.925,03	5.039.771,45 1.697.631,46		
(-) Serviços - Pessoal Próprio (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	3.123.645,55	2.422.755,73		
(-) Mercadorias	58.562,18	132.250,49		
(-) Financeiras	27.301.01	21.533,80		
(-) Tributos	110.777,71	101.097,86		
(-) Despesas – Bens Permanentes de Terceiros		1.520,00		
(-) Isenção usufruída (Nota 9)	536.322.95	572.371,47		
(-) Isenção usufruída	300.022,33	372.071,47		
- Trabalhos Voluntários (Nota 10)	2.215,21	1.908,86		
(-) Outras Despesas Operacionais	70.117,42	88.701,78		
Total das Despesas		11.019.573,40		
(=) Superávit/Déficit do Exercício (Nota 6)	0,00	0,00		
As Notas Explicativas são parte integrante da	s Demonstraç	ões Contábeis.		

Caixa e Saldos em Bancos	146,80	333,93
Aplicação Financeira de Curto Prazo	12.348,75	1.718,38
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.495,55	2.052,31
Os recursos financeiros são controlados de	acordo com a	sua natureza
(custeio e/ou investimento), permitindo a ident	ificação por tipo	de verba (mu-
nicipal, estadual ou federal), assim como sua c	rigem (identifica	ação do instru-

R\$

31.12.2021

31.12.2022

mento contratual celebrado).

Distribuição dos Recursos Financeiros – Por Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos	Saldo em R\$ 31.12.2022	Saldo em R\$ 31.12.2021
Custeio – Recurso Estadual		
Convênio nº 056/2021	12.495,55	2.052,31
Total de Recursos Disponíveis	12.495,55	2.052,31

3.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação*	Nº do Depósito	Taxa % CDI	Saldo em 31.12.2022 em R\$
Banco Bradesco	CDB	1262778521080	5%	4.785,45
Banco do Brasil	CDB /RDB	2910049701258	92%	7.563,30
Saldo em Ap	022	R\$ 12.348,75		

(*) A instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira.

3.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é o regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais e a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus convênios com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo de modo que quando ocorra o reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 3.3.1 – Valores a Receber: O saldo registrado nesta conta representa recebíveis de curto prazo (CP), relativos ao Convênios: 77/2016, 778/2016, 56/2021, celebrados entre a SPDM e a Secretária de Saúde do Estado de São Paulo. Em 31.12.2022 os valores a receber representam o montante de R\$ 8.125.188,20

Valores a Receber em 31.12.2022 (Em Reais)					
Tipo de Recurso	Vencidos	Vencidos A Vencer			
Convênio 77/2016 – Recurso Estadual (Custeio)	1.269.562, 88	-	1.269.561,88		
Convênio 778/2016 – Recurso Estadual (Custeio)	1.142.605,32	-	1.142.605,32		
Convênio 56/2021 – Recurso Estadual (Custeio)	-	5.713.020,00	5.713.020,00		
Total a Receber	2.412.168,20	5.713.020,00	8.125.187,20		

3.3.2 - Valores em Negociação: Por conta da adoção na Norma NBC -ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, os valores a receber e a realizar provenientes dos contratos de gestão ou convênios são registrados em contas de ativo e passivos correspondentes. Os resultados provenientes da aplicação desses recursos são totalmente revertidos em despesas, e consequentemente, tais despesas decorrente dos servicos de saúde podem exceder o orçamento inicial, de modo que o deseguilíbrio econômico da unidade gerenciada seja reconhecido em conta de ativo para melhor evidenciação contábil. A instituição avalia anualmente a expectativa de recuperação de tais valores, considerando a necessidade de repactuar o plano de trabalho da unidade gerenciada, de modo a considerar possíveis baixas ou amortizações decorrentes do resultado deficitário desses projetos. Essa conta apresenta um saldo de R\$ 999.539,15 no exercício de 2022. 3.4 - Outros Créditos: São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacio nadas com o objeto principal da instituição, 3.4.1 - Antecipação Salarial: Os valores registrados nesta conta representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). 3.4.2 - Antecipação de Férias: A Instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no Artigo

...continuação 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. 3.4.3 – Outros créditos e adiantamentos: Representam valores a títulos de créditos que não se enquadram em grupos anteriores, relativo a contas de curto prazo, assim como as demais contas do Ativo Circulante, tais adiantamentos são efetuados de modo a garantir a manutenção da rede assistencial da unidade gerenciada. <u>3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente</u>: Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício principalmente, respeitando o Princípio da Competência. Para atender medidas preventivas adotadas permanente-mente, a unidade gerenciada efetua contratação de seguros, em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. 3.6 - Estoques: Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de conservação e consumo, higiene e gêneros alimentícios. Conforme se demons-

tra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.022 é de cais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 4.1 - Re-R\$ 116.539,25

Tina	Valores em Reais			
Tipo	31.12.2022	31.12.2021		
Materiais do Nutrição	17.728,38	1.018,45		
Materiais de Farmácia	1.422,34	761,97		
Materiais de Almoxarifado	97.388,53	89.509,01		
Materiais de Terceiros	30.505.773,54	20.343.610,15		
Total	30.622.312,79	20.434.899,58		

3.6.1 - Estoques de Terceiros: É composto exclusivamente por medica mentos fornecidos mensalmente a unidade gerenciada através da Secretária da Saúde do Estado de São Paulo para armazenamento e dispensa-

ção, a fim de que seja executado o objeto do Convênio firmado entre as partes. Esses medicamentos são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. No exercício de 2022 esses medicamentos correspondem ao valor de R\$ 30.505.773,54 (Conforme evidenciado no quadro acima). 3.7 - Imobilizado - Bens de Terceiros: O imobilizado de uso da unidade gerenciada CEAF - Vila Mariana é composto por bens de terceiros, fruto de aquisição realizada com recursos de convênios para os quais possuímos documentação de cessão de uso sendo classificados de modo a atender a legislação atual. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2022
Imobilizado - Bens de Terceiros	640.289,55	6.719,75	(0,00)	647.009,30
Bens Móveis	640.289,55	6.719,75	(0,00)	647.009,30
Equipamento Processamento de Dados	112.862,33	0,00	(0,00)	112.862,33
Mobiliário em Geral	452.421,37	0,00	(0,00)	452.421,37
Máquinas Utensílios e Equipamento Diversos	32.791,75	0,00	(0,00)	32.791,75
Aparelhos e Utensíliosílios Domésticos	11.979,70	6.719,75	(0,00)	18.699,45
Máquinas e Equipamento de Natureza Industrial	759,90	0,00	(0,00)	759,9
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	29.474,50	0,00	(0,00)	29.474,50
Total Imobilizado - Terceiros	640.289,55	6.719,75	(0,00)	647.009,30

Descrição	Posição em 31/12/2021	Baixa	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31/12/2022	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste de Vida Útil Acumulada de Bens de Terceiros	(458.613,94)	0,00	(61.413,60)	(520.027,54)	%
Bens Móveis	(458.613,94)	0,00	(61.413,60)	(520.027,54)	
Equipamento Processamento de Dados	(80.990,92)	0,00	(5.262,60)	(86.253,52)	20
Mobiliário em Geral	(338.649,72)	0,00	(46.854,36)	(385.504,08)	10
Máquinas Utensílios e Equipamento Diversos	(16.433,04)	0,00	(3.279,12)	(19.712,16)	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(5.689,52)	0,00	(1.584,72)	(7.274,24)	10
Máquinas e Equipamento de Natureza Industrial	(462,19)	0,00	(75,96)	(538,15)	10
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	(16.388,55)	0,00	(4.356,84)	(20.745,39)	10
Total Ajuste de Vida Útil Acumulada	(458.613,94)	0,00	(61.413,60)	(520.027,54)	

3.7.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis: A instituição efetua o com fluxos de caixa. No entanto, o efeito é nulo ao fim do contrato. Ou seja, ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. 3.8 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e serviços adquiridos no curso normal das atividades. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 90 dias. 3.9 – Serviços de Terceiros: Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte, relacionados a contratos de prestação de serviços, tais como: limpeza e conservação, segurança e vigilância, portaria, manutenções, utilidade pública, assessoria técnica e jurídica etc. 3.10 - Salários a Pagar: De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. 3.11 - Contribuições a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS, sendo reconhecidos obedecendo ao princípio da competência. Eles são recolhidos mensalmente em suas respectivas datas de vencimento, ou seja, INSS até o dia 20 e o FGTS até o dia 07 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias uteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite. 3.12 – Provisões de Férias e Encargos: Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos co-laboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. 3.13 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS, eles são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 e ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), conforme legislação vigente, caso tais datas não seiam dias uteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite. 3.14 - Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o §1º do Artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/CO-FINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2022 totalizou R\$ 17.962,61. 3.15 - Empréstimos Funcionários: Conforme Lei 10.820 de 17/12/2003 são empréstimos consignados realizados por Instituições Financeiras a funcionários mediante anuência da Entidade, com pagamentos indiretos cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento. Em atendimento a legislação vigente a unidade gerenciada oferece a seus funcionários créditos consignados junto ao Banco Bradesco S.A. O saldo contabilizado em 31.12.2022 foi de R\$ 5.553,25. 3.16 - Outras contas a pagar: Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que em um primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. 3.17- Convênios públicos a realizar (Circulante e não Circulante): De acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 15A e ITG 2002- R1- Entidades sem Finalidades de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos em Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do Convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2022 representa R\$ 4.867.546,07. 3.18 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanco. sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. 3.19 - Ativos e Passivos de Arrendamento Mercantil: Em conformidade com o CPC 06 R2 - IFRS 16 os arrendatários devem reconhecer as obrigações de pagar ao arrendador como Passivo de Arrendamentos, no grupo Passivo e o direito de usar os Ativos subjacentes devem ser reconhecidos como Ativo de Direito de Uso, no grupo Ativo Imobilizado, ambos a valor presente. No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros dos aluguéis de imóveis foi adotada uma taxa incremental média, equivalente à taxa de juros dos demais contratos de financiamentos bancários, que é de 0.98% a m. Os custos dos contratos de arrendamento mercantil, apropriados em linha com CPC 06 (R2) gera uma distorção temporária comparados

a soma das depreciações com os juros apropriados, conforme o IFRS 16 é igual às despesas de aluguéis de imóveis previstas no contrato. O quadro abaixo demonstra o efeito destas variações: Demonstração do efeito cumulativo dos contratos de arrendamento- IFRS 16, em 31/12/2022:

970 500 91			
670.502,61	1.069.828,65	85.393,29	2.025.725,00
724.215,80	995.556,12	84.519,85	1.804.292,00
146.287,01	37,01 74.272,53 873,44		221.433,00
0,00	0,00	0,00	0,00
	146.287,01 0,00	724.215,80 995.556,12 146.287,01 74.272,53 0,00 0,00	724.215,80 995.556,12 84.519,85 146.287,01 74.272,53 873,44

Movimentação de Arrendamento Mercantil - 2022

•		
Direito de Uso	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2021	84.519,86	84.519,86
Adições	-	-
Baixas direito de uso 100% depreciados	-	-
Amortizações	(84.519,86)	(84.519,86)
Reclassificação	-	-
Saldo em 31/12/2022	0,00	0,00
Passivo de Arrendamento	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2021	90.000,00	90.000,00
Adições	-	-
Baixas	-	-
Pagamentos- executados e em processo	(90.000,00)	(90.000,00)
Bonificações	-	-
Juros apropriados sobre arrendamentos	-	-
Saldo em 31/12/2022	0,00	0,00
Circulante Não Circulante	0,00 0,00	-

Juros Sobre Arrendamentos - Redutor a Valor Presente				
Imóveis	Total 873,45			
873,45				
-	-			
-	-			
(873,45)	(873,45)			
0,00	0,00			
	Imóveis 873,45 - - (873,45)			

3.20 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 4 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fis-

ceitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. 4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2022 tais valores representam o montante de R\$ 11.597,20. 4.2 - Custos e Despesas Operacionais: Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da unidade gerenciada e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais por sua vez estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregadas, classificadas de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. 4.3 - Doações Recebidas em Bens e Mercadorias: No exercício de 2022 a unidade gerenciada recebeu o valor de R\$ 775,84 a título de doações em mercadorias, como máscaras descartáveis de proteção, álcool etílico, álcool em gel 70%INPM, Álcool 70% Antisséptico, com a finalidade de promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no combate à pandemia do COVID- 19. <u>4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos</u>: São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada realiza a contabilização de todos seus convênios atendendo à NBC TG 07(R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Nenhuma Assistência Governamental pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2022, a unidade gerenciada recebeu através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo Assistências Governamentais conforme quadro abaixo:

Convênios Vigentes em 2022					
Origem de Recursos	Natureza e Tipo de Verba Vigência		Valor Global (R\$)		
Convênio № 056/2021	Custeio – Verba Estadual	31/03/2021 À 30/09/2023	R\$ 7.617.360,00		
Total dos Convênios (Recebido)			R\$ 7.617.360,00		

 $\underline{\text{5- Patrimônio Líquido}}$: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL -Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2021 e 2022 respectivamente. 6 - Resultado Operacional: Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 7.617.360,00 (Sete Milhões, Seiscentos e Dezessete Mil e Trezentos e Sessenta Reais); acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 12.911,07 (Doze Mil, Novecentos e Onze Reais e Sete Centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de (R\$ 8.370.150,31) (Oito Milhões, Trezentos e Setenta Mil, Cento e Cinquenta Reais e Trinta e Um Centavos); encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de (R\$ 739.879.24) (Setecentos e Trinta e Nove Mil. Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Vinte e Quatro Centavos). 6.1 - Ênfase ao Resultado: O desequilíbrio financeiro da Unidade Gerenciada ocorreu em virtude da ausência e inconstância dos repasses da parte da Secretaria de Estado da Saúde (SES), aumento da demanda de atendimentos, custos e despesas, além dos reajustes inflacionários para coberturas de dissídios e contratos com fornecedores. 7 - Das Disposições da Lei Complementar 187 de Dezembro de 2021: Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao esta belecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - Prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus servicos. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2022 a seguinte produção:

Linha de Atendimento	Total
Medicamentos Distribuídos	21.098.633
Pacientes Atendidos em Farmácia de Alto Custo Total	343.750
Pacientes - Atendimentos Guichê / Presencial Alto Custo	161.799
Pacientes - Atendimentos Triagem	72.369
Pacientes – Atendimentos Aplicativo Remédio Agora	109.582

8 - Relatório de Execução do Convênio

<u> </u>						
Relatório de Execução do Convênio 2022						
	1º Semestre		2º Semestre		Total	
Linha de Contratação	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Medicamentos Distribuidos - Total	-	10.303.971	-	10.794.662	-	21.098.633
Atendimentos Presencial - Total	-	162.252	-	181.498	-	343.750
Pacientes Atendimento Guichê/Presencial Alto Custo		72.703		89.096		161.799
Pacientes Atendimento Triagem		33.199		39.170		72.369
Pacientes Atendidos Aplicativo "Remédio Agora"		56.350		53.232		109.582

* Observação: a meta proposta da linha de contratação da Farmácia, trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decremento, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes

8.1 - Relatório de Execução Orcamentária

Relatório de Execução Orçamentária e Financeira - Exercício 2022			
Receitas	Custeio	Investimento	
Repasses do Convênio	R\$ 7.617.360,00	-	
Receitas Financeiras	R\$ 11.686,20		
Outras Receitas	R\$ 1.224,87	-	
Total das Receitas	R\$ 7.630.271,07	-	
Despesas	Custeio	Investimento	
Despesas com Pessoal	R\$ 4.739.982,96	-	
Serviços de Terceiros	R\$ 3.132.229,55		
Materiais e Medicamentos	R\$ 197.628,60	-	
Outras Despesas	R\$ 300.309,20		
Total das Despesas	R\$ 8.370.150,31	-	

9 - Contribuições Sociais: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministé-

o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR n° 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar № 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 1.296.295,06 (Um Milhão, Duzentos e Noventa e Seis Mil, Duzentos e Noventa e Cinco Reais e Seis Centavos)

rio. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente,

Entidade usufruiu no exercício de 2022, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica e monta em R\$ 1.010.726.89 (Um mi-Ihão, Dez Mil, Setecentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta e Nove Centavos) Tomando-se por base os recursos recebidos em 2021, esse montante foi de R\$ 1.202.696,04 (Um Milhão, Duzentos e Dois Mil, Seiscentos e Noventa e Seis Reais e Quatro Centavos). 9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de Serviços de Terceiros: A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física, por não haver o pagamento desses serviços no exercício de 2022, a unidade gerenciada não usufruiu de tal isenção. 9-3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2022 foi de R\$ 248.964,24 (Duzentos e Quarenta e Oito Mil, Novecentos e Sessenta e Quatro Reais e Vinte e Quatro Centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2021, esse montante foi de R\$ 281.858,22 (Duzentos e Oitenta e Um Mil, Oitocentos e Cinquenta e Oito Reais e Vinte e Dois Centavos). 9-4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento: A Entidade usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento no ano de 2022 o montante de R\$ 36.603,93 (Trinta e Seis Mil, Seiscentos e Três Reais e No venta e Três Centavos). Em 2021, esse montante foi de R\$ 43.442,86 (Quarenta e Três Mil, Quatrocentos e Quarenta e Dois Reais e Oitenta e Seis Centavos). 10 - Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 -Entidade Sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilida de das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto es sencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. A instituição possui apenas um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2022, o trabalho vo luntário estatutário representou R\$ 2.215,21; em 2021 estes valores apurados foram de R\$ 1.908,86. Em 2022 não houve outros trabalhos voluntário na unidade gerenciada. 11 - Exercício Social: Conforme estabelece o Artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2022. Aline Fernanda dos Santos V. Custódio - Contadora - CRC 1SP 298.438/O-8

9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de

pagamento de empregados: Conforme descrito no item 9, face à dição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor - Presidente da SPDM

Relatório dos Auditores Independentes Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstraões contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Centro Especializado da Assist. Farmaceut. Ceaf Vila Mariana) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutacões do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

das no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes exis tentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consi-

deradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam in-

fluenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos

usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como

parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e interna-

cionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticis-

mo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avalia-

mos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, inde-

pendentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

Dr. Luiz Fernando Haigag Djabraian - Diretor Técnico

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação

das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adota-

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequa ção das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuida de operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamen tadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 31 de março de 2023. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3, Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

